São Manoel ENERGIA

Empresa de Energia São Manoel S.A.

CNPJ/MF nº 18.494.537/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	267.569
Impostos e contribuições sociais	5	3.273
Outros créditos	8	574
Total do Ativo circulante		**271.416**
Não circulante		
Impostos e contribuições sociais	5	15.267
Tributos diferidos	6	1.410
Outros créditos	8	1.690
		18.367
Imobilizado	9	359.846
Intangível	10	53.798
		413.644
Total do Ativo Não circulante		**432.011**
TOTAL DO ATIVO		**703.427**

	Nota	31/12/2014
PASSIVO		
Circulante		
Impostos e contribuições sociais	5	7.905
Partes relacionadas	7	759
Provisões	13	38.320
Outras contas a pagar	8	1.899
Total do Passivo Circulante		**48.883**
Não circulante		
Debêntures	11	558.710
Partes relacionadas	7	35
Uso do bem público	12	29.754
Provisões	13	68.783
Total do Passivo Não circulante		**657.282**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Prejuízos acumulados		(2.738)
Total do Patrimônio líquido		**(2.738)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**703.427**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2014
Despesas e Receitas operacionais	15	
Despesas gerais e administrativas		(4.075)
		(4.075)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**(4.075)**
Resultado financeiro	16	
Receitas financeiras		78
Despesas financeiras		(151)
		(73)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(4.148)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.410
		1.410
Resultado líquido do exercício		**(2.738)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	18	
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)		
ON		(2.738)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para o exercício de 2014.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.148)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	29
	(4.119)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais	
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(18.540)
Outros ativos operacionais	(2.264)
	(20.804)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais	
Outros tributos e contribuições sociais	7.905
Provisões	(9.935)
Outros passivos operacionais	1.899
	(131)
Caixa aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	**(25.054)**
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	**(25.054)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Adições ao Imobilizado e Intangível	(253.106)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimento	**(253.106)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Partes relacionadas	765
Captação de debêntures	572.484
Amortização de debêntures	(45.000)
Pagamentos de encargos de dívidas	17.480
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	**545.729**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**267.569**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	267.569
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	
	267.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2014
Geração do valor adicionado	**370.020**
Receita relativa à construção de ativos próprios	370.020
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(356.795)**
Materiais	(49.307)
Serviços de terceiros	(298.798)
Outros custos operacionais	(8.690)
Valor adicionado bruto	**13.225**
Valor adicionado líquido produzido	**13.225**
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	19.283
Valor adicionado total a distribuir	**32.508**
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	
Remuneração direta	2.782
Benefícios	150
FGTS	112
Impostos, taxas e contribuições	
Federais	(1.372)
Estaduais	377
Municipais	4
Remuneração de capitais de terceiros	
Juros	33.102
Aluguéis	91
	35.246
Prejuízo do exercício	(2.738)
	32.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**-**	**-**
Prejuízo do exercício	(2.738)	(2.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**(2.738)**	**(2.738)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel), nova denominação social da Latpar Participações S.A., foi constituída em 16 de julho de 2013 como uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia está constituída sob forma de Sociedade por ações, com o objeto social de planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas aos seu objeto social.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 464 de 26 de fevereiro de 2014, habilitou as companhias EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) como vencedoras do Leilão A-5 de 2013 para a construção do empreendimento UHE São Manoel. Desta forma, foram encaminhados os documentos de constituição da Companhia e aprovados em 27 de março de 2014, por meio do Despacho ANEEL nº 773.

Em 10 de abril de 2014 a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2014 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 não estão sendo apresentadas comparativamente, uma vez que o valor das rubricas do Balanço Patrimonial, no momento do arredondamento para o milhar mais próximo, representam saldo zero. O saldo total do Ativo e consequentemente, do Passivo e Patrimônio líquido é de R$100,00, sendo o Relatório dos auditores independentes emitido em 4 de julho de 2014, sem ressalvas.

1.1 Concessão

O Contrato de Concessão nº 02/2014, possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	700	421,7	10/04/2014	10/04/2049

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. O início da entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora está prevista para janeiro de 2018. Da energia assegurada de 421,7 MWm, 409,5 MWm foram comercializados por meio de CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R$83,49 por MWh, reajustado anualmente pelo IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo Uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a UHE recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora ou a partir do início da entrega da energia objeto do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$2.789 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (Nota 12).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.1.3 Cronograma de operação comercial

De acordo com o contrato de concessão, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE São Manoel é o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/2018
UG 2	01/03/2018
UG 3	01/05/2018
UG 4	01/07/2018
UG 5	01/09/2018

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na Nota 2.5.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 6.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 13.1).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve evidências de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.6 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

2.6.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (ii) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A Administração da Companhia acredita que a IFRS 9 possa gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.6.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2014

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2014, passou a adotar novas normas e interpretações emitidas pelo CPC. As seguintes normas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) ICPC 19 - Tributos (IFRIC 21); (ii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32); (iii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros (IAS 36); e (iv) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Novação de derivados e contabilidade de cobertura (IAS 39).

Segue abaixo as normas que resultaram em impacto na apresentação das demonstrações financeiras:

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral

O objetivo desta orientação é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros. São destacados na orientação a utilização dos conceitos de materialidade e relevância quando da elaboração dos relatórios contábil-financeiros, principalmente na elaboração das notas explicativas.

Na adoção do OCPC 07 a Companhia reavaliou a materialidade e a relevância das informações contábil-financeiras resultando em mudanças na apresentação das notas explicativas. Dentre as alterações, destaca-se a realocação da nota explicativa do "Resumo das principais práticas contábeis" para as notas explicativas específicas de cada rubrica.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Venda de participação acionária

Em 07 de fevereiro de 2014 a EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que, no contexto da parceria firmada entre ela, a CWE Investment Corporation (CWEI) e a CWEI (Brasil) Participações Ltda. (CWEI Brasil), companhias controladas integralmente pela China Three Gorges (CTG), assinou o Contrato de Compra e Venda para alienar 33,3% dos direitos de construção da hidrelétrica São Manoel para a CWEI Brasil.

Após a aprovação da ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.749/14, e órgãos regulatórios chineses, em 11 de novembro de 2014 a EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que foi concluída a transação relativa à alienação da sua participação, bem como assinado o respectivo acordo de acionistas da São Manoel, tendo em vista a verificação das condições precedentes ao fechamento da transação.

A CWEI Brasil reembolsará os custos incorridos pela EDP - Energias do Brasil e assumirá futuros compromissos de capital até o final da construção, riscos e benefícios do projeto na proporção da participação adquirida.

Assim, a CWEI Brasil junta-se à EDP - Energias do Brasil e à Furnas como acionistas da São Manoel, resultando em uma participação final detida pela EDP - Energias do Brasil de 33,334%, por Furnas de 33,333% e pela CWEI Brasil de 33,333% no capital social da São Manoel.

3.2 Emissão da Licença de Instalação - LI

Em 14 de agosto de 2014 foi emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Instalação - LI nº 1.017/2014, que autoriza a Companhia à executar as obras de construção da UHE São Manoel, formando um reservatório com área aproximada de 63,96 km².

Como condicionantes da LI, a Companhia fica responsável por implementar e/ou executar os seguintes programas: Programas de Compensação Ambiental; Programas de Licenciamento; Programas Ambientais - Meio Físico e Biótico; e Programas Socioeconômicos. O gasto previsto para o atendimento às condicionantes é de R$125.721 (Nota 13.1).

A LI é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 60 dias antes de sua expiração.

3.3 Lei n° 12.973, de 13 de novembro de 2014 (Conversão da Medida Provisória n° 627, de 11 de novembro de 2013) e Instrução Normativa RFB n° 1.515, de 24 de novembro de 2014

A Lei n° 12.973/14, trouxe mudanças relevantes para as regras tributárias federais em vigor obrigatoriamente a partir de janeiro de 2015, sendo facultada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a Lei revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e prevê a entrega de nova obrigação acessória, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em substituição da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). A referida Legislação já foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.515/14, entretanto, alguns temas relevantes estão pendentes de regulamentação pela Receita Federal do Brasil.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014
Bancos conta movimento	28.295
Aplicações financeiras - renda fixa	239.274
Total	**267.569**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remunerados a taxas que variam de 99,50% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 19.

5 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2013	Adição	Adiantamentos	Saldo em 31/12/2014
Ativos - Compensáveis					
PIS e COFINS	5.1	-	15.267		15.267
IRRF sobre aplicações financeiras		-	3.240		3.240
Outros		-	33		33
Total		**-**	**18.540**	**-**	**18.540**
Circulante		-			3.273
Não circulante					15.267
Total					**18.540**

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Pagamentos	Saldo em 31/12/2014
Passivo - a recolher				
ICMS	-	2	(1)	1
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	-	2.639	(2.571)	68
Encargos com pessoal	-	12.206	(6.298)	5.908
Outros	-	16.533	(14.605)	1.928
Total	**-**	**31.380**	**(23.475)**	**7.905**
Circulante	-			7.905
Total	**-**			**7.905**

Os impostos e contribuições sociais correntes são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32.

5.1 PIS e COFINS

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado para a construção da UHE São Manoel.

6 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, no prazo máximo de 10 anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante 31/12/2014 IRPJ/CSLL	Resultado 2014 IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias - RTT		
Gastos Pré-operacionais	1.410	1.410
Total Diferenças Temporárias - RTT	**1.410**	**1.410**

6.2 Resultados tributáveis futuros

A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2014, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2015. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos exercícios de 2023 e 2024:

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

			Passivo		Despesas	
	Relacionamento	Duração	Circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2014	Operacionais 2014	Financeiras 2014
Partes relacionadas						
Contrato de prestação de serviços						
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/05/2014 a 30/04/2018	759		(759)	
Compartilhamento de gastos com pessoal						
Energest	Controle comum			35	(35)	
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI						
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	07/07/2014 a 06/07/2015				(29)
			759	**35**	**(794)**	**(29)**

a) Contratos de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, auditoria, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, planejamento e controle, etc.

O contrato tem previsão de vigência de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

As operações realizadas com as contrapartes informadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As fianças recebidas de acionistas estão descritas na nota de Garantias (Nota 21.2).

7.1 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., a CWEI (Brasil) Participações Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation e Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

7.2 Remuneração dos administradores

7.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R$)

2014	Conselho de Administração	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Conselho Fiscal	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Número de membros	(*)		(**)		(***)			
Remuneração Fixa (em R$)	**118.800**	**100%**	**502.575**	**100%**	**83.640**	**100%**	**705.015**	**100%**
Salário ou pró-labore	99.000		366.187		69.700		534.887	
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a		33.856		n/a		33.856	
Encargos sociais	19.800		102.532		13.940		136.272	
Valor total da remuneração	**118.800**	**100%**	**502.575**	**100%**	**83.640**	**100%**	**705.015**	**100%**

(*) Das 9 posições do Conselho de Administração, apenas 3 membros são remunerados. Das 9 posições, 2 conselheiros ainda não tomaram posse em seus cargos, pois aguarda-se a autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.

(**) Das 4 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados.

(***) Até 11 de novembro de 2014, das 3 posições do Conselho Fiscal, todos os membros eram remunerados. A partir de 11 de novembro de 2014, das 3 posições do Conselho Fiscal, apenas 2 são remunerados.

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é de até R$2.255.000,00 (dois milhões duzentos e cinquenta e cinco mil reais) para o exercício social de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 04 de fevereiro de 2014.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Previdência Privada e Vale Refeição.

7.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R$)

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	3	2	3
Valor da maior remuneração individual	63.360	270.000	33.825
Valor da menor remuneração individual	31.680	46.056	6.150
Valor médio da remuneração individual	39.600	251.288	27.880

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2014
Outros créditos - Ativo			
Adiantamentos		11	
Despesas pagas antecipadamente	21.2	563	1.690
Total		**574**	**1.690**
Outras contas a pagar - Passivo			
Fornecedores	8.1	950	
Benefícios pós-emprego		3	
Folha de pagamento		102	
Obrigações estimadas com pessoal		844	
Total		**1.899**	-

8.1 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo de R$950, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da UHE São Manoel.

9 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras quando aplicável, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

9.1 Mutação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Juros capitalizados	Valor líquido em 31/12/2014
Imobilizado em curso				
Terrenos	-	827		827
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	2.211		2.211
Reservatórios, barragens e adutoras	-	244.824		244.824
Máquinas e equipamentos	-	24.088		24.088
Adiantamento a Fornecedor	-	43.624		43.624
A ratear	-	26.732	13.746	40.478
Outros	-	3.794		3.794
Total Imobilizado	-	**346.100**	**13.746**	**359.846**

9.1.1 Ingressos do Imobilizado

Construção UHE São Manoel

A Companhia celebrou, em 17 de fevereiro de 2014, um contrato de *Engineering Procurement and Construction* - EPC na modalidade *turn-key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CONSTRAN S.A. Construções e Comércio e UTC Engenharia S.A., para a construção da UHE São Manoel.

A construção da UHE São Manoel tem evoluído de acordo com o cronograma previsto e o investimento total previsto para o projeto é de R$3.127 milhões.

A Licença de Instalação - LI do projeto foi emitida em julho de 2014 e as obras foram iniciadas em agosto de 2014 com conclusão da 5ª unidade geradora prevista para setembro de 2018.

10 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A mutação do Intangível no exercício é a seguinte:

	Nota	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Valor líquido em 31/12/2014
Intangível em curso				
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	10.1	-	29.754	29.754
Software		-	18	18
Estudos e Projetos		-	24.026	24.026
Total Intangível		**-**	**53.798**	**53.798**

10.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, a valor presente, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão, a partir da data de entrada em operação (Nota 1.1.1).

11 Debêntures

11.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2014 Encargos Não circulante	31/12/2014 Principal Não circulante	31/12/2014 Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	53.200	10	532.000	1ª emissão em 15/07/2014	15/07/2014 a 15/01/2016	Investimento na UHE São Manoel	111,5% do CDI	Principal e juros em parcela única no final	(i) Fiança corporativa da EDP - Energias do Brasil; (ii) Fiança bancária de Furnas; e (iii) Fiança bancária da CWEI Brasil proporcionais às suas participações	29.510	532.000	561.510
(-) Custos de emissão					15/07/2014 a 15/01/2016			Amortização mensal			(2.800)	(2.800)
Total										**29.510**	**529.200**	**558.710**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.2 Mutação das debêntures no exercício

	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2014
Circulante						
Custo de transação	-			(1.287)	1.287	-
	-	**-**	**-**	**(1.287)**	**1.287**	**-**
Não circulante						
Principal	-	532.000				532.000
Juros	-		29.510			29.510
Custo de transação	-	(4.087)		1.287		(2.800)
	-	**527.913**	**29.510**	**1.287**	**-**	**558.710**

11.3 Vencimento das parcelas do Não circulante

	Vencimento
Não circulante	
2016	558.710
Total	**558.710**

As principais cláusulas, prevendo rescisão de contrato, estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

(i) decretação e/ou pedido de falência, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou da Fiadora;

(ii) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora, ou qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência;

(iii) perda ou término antecipado de quaisquer das concessões, ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, da concessão de energia elétrica da Emissora;

(iv) cisão, fusão, incorporação, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique na alteração do seu controle acionário, exceto: (a) se a reorganização societária for com outra companhia do mesmo grupo econômico da Emissora, desde que a EDP - Energias do Brasil permaneça no bloco de controle direto ou indireto da Emissora; ou (b) se pela venda e/ou alienação de 50% da participação societária detida pela EDP - Energias do Brasil no capital social da Emissora à CWEI Brasil; ou (c) se houver sido obtida a anuência prévia de Debenturistas;

(v) notificação de sentença final transitada em julgado em ação judicial cujo valor, individualmente seja igual ou superior a R$75.000 para a Emissora e/ou para a Fiadora, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Fiadora; e,

(vi) protesto cambiário contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, cujo valor, unitário ou agregado, seja superior a R$75.000, desde que referido protesto não seja contestado de boa-fé pela Emissora e/ou Fiadora e não seja sanado no prazo de 30 dias;

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.

12 Uso do bem público

O Uso do Bem Público - UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento do UBP foi efetuado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, pois a LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do intangível (Nota 10) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2013	Ingressos	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2014
Não circulante					
Uso do bem público	-	83.680	(56.142)	2.216	29.754
	-	**83.680**	**(56.142)**	**2.216**	**29.754**

13 Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2014
Licenças ambientais	13.1	38.320	68.783
Total		**38.320**	**68.783**

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

13.1 Licenças Ambientais

O montante de R$107.103 refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias e de instalação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreu em contrapartida ao Imobilizado, sendo, portanto, tratados como custo da usina e registrados na rubrica Reservatórios, barragens e adutoras, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

A Companhia constituiu a Provisão na emissão da Licença de Instalação - LI (Nota 3.2) no valor de R$125.721 que, em sua maioria, está representado pelos valores do meio socioeconômico que representam o montante de R$86.643. Dentre as ações que incluem os valores do meio socioeconômico destacam-se o monitoramento da atividade garimpeira, indenizações e remanejamentos das populações locais e obras de reforço de infraestrutura e saúde.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento e está compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferência	AVP	Saldo em 31/12/2014
Circulante	-	48.669	(19.341)	823	9.730	(1.561)	38.320
Não circulante	-	86.459		1.665	(9.730)	(9.611)	68.783
Total	**-**	**135.128**	**(19.341)**	**2.488**	**-**	**(11.172)**	**107.103**

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R$1.000,00 representado por 1.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo R$100,00 integralizados e R$900,00 a integralizar.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada no dia 04 de fevereiro de 2014 foi deliberado sobre: (i) transferência da totalidade das ações ordinárias da Companhia para os acionistas EDP - Energias do Brasil S.A., na proporção de 66,7% e Furnas Centrais Elétricas S.A. na proporção de 33,3%; (ii) alteração da denominação social Latpar Participações S.A. para Empresa de Energia São Manoel S.A.; (iii) alteração da sede social da Companhia para Rua Real Grandeza nº 274, parte, Bairro Botafogo, cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.283-900; (iv) alteração do objeto social da Companhia para "planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica de São Manoel, no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará"; (v) alteração da governança da Companhia, com a criação do Conselho de Administração e eleição dos referidos membros; (vi) em virtude da renúncia dos antigos diretores, foi aprovada a eleição dos novos Diretores da Companhia, todos com mandato até 3 de fevereiro de 2017; e (vii) instalação do Conselho Fiscal e eleição dos referidos membros.

Na AGE realizada em 11 de novembro de 2014 foi efetivada a transferência de 50% das ações ordinárias detidas pela EDP - Energias do Brasil para a CWEI Brasil, conforme descrito na nota 3. Adicionalmente, foram eleitos novos membros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Após as alterações societárias, a composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias	%
EDP - Energias do Brasil S.A.	334	33,334%
CWEI (Brasil) Participações Ltda.	333	33,333%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333	33,333%
Total	**1.000**	**100,000%**

15 Gastos operacionais

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	2014 Despesas operacionais Gerais e administrativas
Gerenciáveis	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	1.968
Material	88
Serviços de terceiros	1.825
Aluguéis e arrendamentos	91
Outras	103
Total	**4.075**

16 Resultado financeiro

	2014
Receitas financeiras	
Renda de aplicações financeiras	19.205
(-) Juros capitalizados	(19.205)
Outras receitas financeiras	78
	78
Despesas financeiras	
Encargos de dívidas	(32.519)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(549)
Atualização monetária contratos de mútuo	(29)
(-) Juros capitalizados	32.951
Outras despesas financeiras	(5)
	(151)
	(73)

17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

	IRPJ / CSLL 2014
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(4.148)
Alíquota	34%
Despesa de IRPJ e CSLL	**1.410**
Alíquota efetiva	34%

18 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(2.738)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(2.738)

19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A contratação destes instrumentos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

19.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

19.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2014 Valor Justo	31/12/2014 Valor Contábil
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	28.295	28.295
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	239.274	239.274
				267.569	**267.569**
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	8.1	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	950	950
Partes relacionadas	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	759	759
Não circulante					
Debêntures	11	Outros ao custo amortizado	Nível 2	558.710	558.710
Partes relacionadas	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	35	35
Uso do bem público	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	29.754	29.754
				590.208	**590.208**

19.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas que, neste caso, o valor contábil pode diferir do seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira;

(ii) Fornecedores: são compostos de valores a pagar relativos à compra de materiais e serviços para a construção da UHE São Manoel. Como tem giro constante, o valor justo se equivale ao preço da transação;

(iii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto;

(iv) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem margem de lucro.

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(v) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento.

19.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que é baseado em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

19.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

19.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 11, possuem como contraparte o agente fiduciário Pentágono S.A.. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

19.2.1.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	*Aging* cenário provável Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	18.840	18.840	4.710	9.420	(4.710)	(9.420)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	12.495	12.495	3.124	6.248	(3.124)	(6.248)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**31.335**	**31.335**	**7.834**	**15.668**	**(7.834)**	**(15.668)**
Debêntures	CDI	(472.916)	(472.916)	(8.006)	(15.917)	8.102	16.304
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(472.916)**	**(472.916)**	**(8.006)**	**(15.917)**	**8.102**	**16.304**
		(441.581)	**(441.581)**	**(172)**	**(249)**	**268**	**636**

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 12,00% e 9,25%.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2014, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2014, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	877	10	63			950
Partes relacionadas		794				794
Debêntures				558.710		558.710
Uso do bem público				6.134	23.620	29.754
	877	**804**	**63**	**564.844**	**23.620**	**590.208**

19.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (C*ovenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de debêntures pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 11. Até 31 de dezembro de 2014 todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 21.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passiveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 11.

19.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

Uma importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento e investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia realizou as seguintes transações: (i) provisão para custos com a licença ambiental no imobilizado no valor de R$125.721; (ii) constituição do Uso do Bem Público no intangível no valor de R$29.754; e (iii) capitalização de juros das debêntures ao imobilizado no valor de R$13.746. Todas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

21 Compromissos contratuais e Garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2014			
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Total Geral
Materiais e serviços	503.847	954.188	452.674	1.910.709
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos	72.289	2.826		75.115
	576.136	**957.014**	**452.674**	**1.985.824**

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da UHE São Manoel.

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e estão ajustadas ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

21.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	31/12/2014
Fiança corporativa e bancária	Debêntures	561.510
Seguro garantia	Executante construtor	114.648
		676.158

O seguro garantia tem por objetivo garantir a execução da obra de construção da UHE São Manoel, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 10/2013 (Leilão A-5). O prêmio pago pela apólice foi de R$2.723 (Nota 8) e a vigência da mesma é de 26 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2018.

22 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, aprovados pela Administração, com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2014	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Usinas	2.147.773	2.147.773
Responsabilidade civil	50.000	50.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600

A cobertura do seguro de Riscos de Engenharia (Usinas) compreende todo o período da obra (de 01 de julho de 2014 até previsão de 28 de fevereiro de 2018) incluindo o período de testes e comissionamentos.

Dentre os itens segurados, destacam-se: obras civis, instalações e montagem das máquinas e equipamentos; erro de projeto e do fabricante de máquinas e equipamentos; manutenção ampla; desentulho; tumultos; honorários de peritos; e despesas de salvamento e contenção.

Os seguros de risco de engenharia e responsabilidade civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratados e subcontratados que estão operando no sítio da obra.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Danusio de Almeida Semprine
Presidente

Claudio Guilherme Branco da Motta
Conselheiro

Caio Pompeu de Souza Brasil
Conselheiro

António Ferreira da Costa
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

João Antonio Pinheiro Sampaio Meirelles
Conselheiro

Yinsheng Li*
Conselheiro

Yujun Liu*
Conselheiro

* Posse condicionada à autorização do Ministério do Trabalho e Emprego

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Antonio Geraldo Pinto Maia
Diretor

Luiz Fernando Monte Pinto
Diretor

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade

Renan Silva Sobral
Contador - CRC 1SP271964/O-6 “S” RJ

CONSELHO FISCAL

Felipe Há Jong Kim - Conselheiro

Fernando B. R. Oliveira - Conselheiro

Silvio Alexadre Scucuglia da Silva - Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal de São Manoel Energia S.A., tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e com base no Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, manifestou-se, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam a situação econômico-financeira da Companhia e consideram que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral.

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro Efetivo

Fernando Barreto Rezende de Oliveira
Conselheiro Efetivo

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia São Manoel S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “S” RJ

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 “S” RJ